

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA DA  
PARAÍBA: O LUGAR DA APAN NA LUTA PELO FIM DA ATIVIDADE  
BALEEIRA (1978-1987)**

**Francisco Henrique Duarte Filho**

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UEPB. Doutorando em Recursos Naturais/UFCG. Professor de História e Educação Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/IFPE.

**José Otávio Aguiar**

Doutor em História e Culturas Políticas/UFG. Pós-Doutor em História, Relações de Poder e Meio Ambiente/UFPE. Professor da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG.

Até meados da década de 1970, a caça à baleia, atividade de extrativismo animal, permaneceu como parte constituinte da economia, da cultura e da paisagem de Lucena, litoral norte da Paraíba. O esquitejamento e o corte das baleias capturadas chegaram a ser explorados como uma espécie de turismo, atraindo anualmente centenas de pessoas para a região. Mais tarde, a partir do início dos anos de 1980 com o fortalecimento de entidades que lutavam em defesa do meio ambiente, a continuação da exploração desse recurso natural no litoral paraibano foi objeto de denúncias e questionamentos em matérias jornalísticas, artigos acadêmicos e reportagens em revistas nacionais. Entidades ligadas às questões ambientais deflagraram uma intensa campanha contra a atividade baleeira na Paraíba. Entre as várias entidades que participaram desse movimento, estava a recém-criada Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN). Fundada em 1978, a entidade tinha como uma de suas metas sensibilizar a população paraibana e as autoridades à causa preservacionista e assim pressionar o governo brasileiro para aprovar uma legislação federal que proibisse imediatamente a caça à baleia nos mares do Brasil. O trabalho proposto discorre sobre a trajetória dos principais membros da APAN, na luta pela instituição da Lei Federal 7.643/87 que proibiu definitivamente a atividade baleeira no Brasil.

## **1. Antecedentes da caça à baleia na Paraíba: estruturação e evolução do empreendimento do baleeiro em Lucena, litoral norte do estado.**

Durante 75 anos, entre 1912 e 1987, uma atividade de extrativismo animal predominou no litoral norte da Paraíba: a caça à baleia. O empreendimento baleeiro foi estruturado na praia de Costinha, hoje município de Lucena, cidade distante aproximadamente 50 km de João Pessoa, capital do estado.

Pesquisas realizadas sobre a exploração baleeira na Paraíba (MADRUGA, 1980; TOLEDO, 2009 e CAVALCANTE, 2010) atribuíram ao holandês Julius Von Sohsten, a responsabilidade pela montagem e estruturação da companhia baleeira em Costinha, no início do século passado, na época um vilarejo pertencente ao município de Santa Rita<sup>1</sup>.

A escolha da região para a montagem do empreendimento baleeiro foi justificada em razão da área reunir algumas condições naturais favoráveis:

Diversos fatores influíram na localização do parque fabril, salientando-se que a escolha feita em 1912 pelo armador Julius Von Shosten, atende ainda hoje aos requisitos para efetivação da operação de pesca. A protuberância litorânea apresentada pela Paraíba, no contorno oriental brasileiro, torna a base de pesca mais próxima da área preferida pelos cetáceos para o acasalamento, reduzindo o tempo de navegação e, conseqüentemente, os custos de operação. Face à temperatura da água, com 27° C, é a faixa marítima na qual mais as baleias se aproximam da costa. (Cavalcante Filho e Rabay, 2010, p. 75).

Ainda segundo Cavalcante Filho e Rabay (2010, p.76), os primeiros empreendedores da atividade baleeira constataram que na região, além de água potável e de energia elétrica, o mar na praia de Costinha oferecia profundidade suficiente no canal de acesso, permitindo, sem maiores riscos, a atracação de navios que pudessem fazer a entrega das baleias capturadas, reduzindo custos de transporte ou transbordo da produção quando feito por barcos de menor porte. A escolha pela região se deveu, igualmente, ao fato da área escolhida está afastada dos núcleos habitacionais, que poderiam ser atingidos por odores e

---

<sup>1</sup> Com a emancipação política de Lucena, ocorrida por força da Lei nº 2.664 em dezembro de 1961, Costinha passou a ser um distrito ligado administrativamente à Lucena na parte que foi desmembrada do município de Santa Rita.

descartes industriais. O relativo isolamento do local no início do século XX permitia que todas as etapas da operação pudessem ser realizadas: a sangria, o corte, o cozimento dos toucinhos em autoclaves, a secagem ao sol das carnes e resíduos, sem que gases e vapores viessem a incomodar a vizinhança. Considerando que os ventos dominantes na área são do quadrante sul, a fumaça era conduzida para regiões não habitadas.

Segundo Madruga (1980, p. 83), o holandês fundador do empreendimento vendeu a empresa, em 1928, juntamente com suas terras e barcos, para a Mendes Lima e Cia., um grupo pernambucano que teria explorado a “pesca”<sup>2</sup> da baleia até 1939, sendo depois adquirido o monopólio da exploração dos cetáceos pelo fundador da então Companhia de Pesca Norte do Brasil (Copesbra), o português Samuel Galvão. A atividade foi então dinamizada pelo novo proprietário. Para tanto, comprou-se dois rebocadores munidos de canhão para modernizar o empreendimento baleeiro. Finalmente, a partir de em 1959, o controle econômico da passou para as mãos do grupo japonês Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, empresa de pescado sediada em Tóquio e que possuía negócios no Brasil. A partir de então, a atividade baleeira foi transformada em um empreendimento de grande porte, com efeitos econômicos, sociais e ambientais consideráveis para o litoral norte da Paraíba.

Os antigos proprietários da empresa baleeira, quando do início da atividade, dedicaram-se especialmente à extração do óleo. A carne era atirada ao mar, servindo de comida para os tubarões. A desvalorização e o declínio acentuado pela procura do óleo no mercado, na primeira metade do século passado, teriam levado o grupo que administrava os negócios da empresa a transferi-la para outro grupo empresarial que pudesse investir nos negócios e diversificar a oferta de derivados. O novo comando do empreendimento baleeiro, feito pelos japoneses a partir de 1959, procurou gradativamente diversificar a produção e a ampliar a oferta dos derivados no mercado regional, nacional e internacional. Decidiu-se pelo aproveitamento integral do animal, produzindo, além do óleo, a charque, a carne *in natura*, farinha de ossos e mais alguns outros subprodutos.

De 1912, ano em que a atividade baleeira foi introduzida na Paraíba, até o ano de 1987 quando foi proibida, estima-se 21.990 baleias foram mortas no litoral paraibano. Todavia,

---

<sup>2</sup> As baleias são animais marinhos, classificadas na ordem dos cetáceos e divididas em duas subordens: mistecetos (sem dentes, com barbatanas) e odontocetos (com dentes). Apesar de historicamente a literatura, principalmente no Brasil, ao se referir aos cetáceos o faça quase sempre como sendo sua captura e processamento uma atividade de pesca, ela é, na verdade, uma atividade de caça, pois se trata de abate e captura de espécies de mamíferos marinhos e não de peixes.

os números disponíveis sobre o abate dos cetáceos em águas paraibanas não parecem confiáveis. Esses números, divulgados pela Copesbra, empresa que explorava a caça comercial, são questionáveis, uma vez que não é possível ter o controle absoluto dos mamíferos que foram atingidos pelos arpões, mas que, no entanto, não foram capturados e ao fugirem acabaram morrendo em alto mar. Além do fato de que em alguns anos não foram feitos registros<sup>3</sup> dos animais abatidos.

## **2. O movimento ambientalista e a luta contra a caça às baleias na Paraíba.**

Antes de se instituir a Lei Federal 7.643 em 1987, que impôs o fim definitivo à atividade baleeira no Brasil, pode-se constatar uma longa luta no campo político e jurídico para que se culminasse nesse desfecho. Em 1982, durante a 35ª reunião anual da International Whaling Commission<sup>4</sup> (IWC) havia ficado decidida a suspensão, por tempo indeterminado, da caça comercial de baleias em todo o mundo a partir da temporada 1985/1986. Essa decisão que havia sido tomada sob o argumento da necessidade de recomposição dos estoques que estavam em processo de declínio, foi homologada pela maioria dos países signatários da IWC.

O Brasil, a partir do indicativo de suspensão da atividade pela IWC, e, pressionado internamente por grupos de defesa do meio ambiente, aprovou, três anos depois, o Projeto Lei 124/85, do Deputado Federal por São Paulo, Gastone Righi, que dispunha pela primeira vez sobre a proibição da “pesca” da baleia no Brasil. Desde então, a luta dos ambientalistas e dos políticos ligados à causa ambiental se fortaleceu e foi ganhando mais adeptos e simpatizantes em todo o Brasil, inclusive com ampla participação dos jornais e da mídia televisiva, principalmente da rede globo de televisão que abria espaços em sua programação cada vez mais generosos para a divulgação da campanha pelo fim definitivo da caça à baleia em mares brasileiros.

---

<sup>3</sup> Segundo dados oferecidos pela COPESBRA, entre 1911 e 1985 foram capturadas 21.990 baleias na Paraíba. Contudo, entre os anos de 1929 e 1946 não se tem registros do quantitativo de animais sacrificados no litoral paraibano. Lacuna que contribui para a inexistência do número de animais mortos ao longo de quase oito décadas.

<sup>4</sup> A Comissão Baleeira Internacional (IWC), criada em 1946, decretou no ano de 1986 a suspensão em todos os mares da caça aos cetáceos. A decisão visava analisar a situação dos estoques baleeiros para se evitar o colapso de determinadas espécies. Essa organização internacional conta hoje com 85 países consignatários. O Brasil se tornou membro dessa Comissão em 1974 e assumiu, principalmente depois de 1987, um papel importante na luta contra a caça comercial dos cetáceos.

Antes do início da década de 1980, a caça à baleia permaneceu, por vários anos, como parte constituinte da economia, da cultura e da paisagem de Lucena e da Paraíba, sem maiores questionamentos. Todavia, a partir do início dos anos de 1980, a continuação da exploração desse recurso natural no litoral paraibano foi objeto de matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, reportagens de revistas e de questionamentos éticos de grupos e entidades ligadas às causas ecológicas e ao direito dos animais. Entidades ligadas às questões ambientais deflagraram, principalmente através dos meios de comunicação, uma intensa campanha contra a atividade baleeira no país. Na Paraíba, na vanguarda desse movimento estava a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), fundada em 1978, pelo professor Aldo Xavier durante um curso de extensão oferecido aos alunos de Agronomia da Universidade Federal da Paraíba no campus de Areia-PB. Posteriormente, a entidade radicou-se em João Pessoa, local de residência de seu fundador, passando a assumir o objetivo de sensibilizar e mobilizar a população paraibana e as autoridades à causa preservacionista<sup>5</sup> e assim pressionar o governo brasileiro para aprovar uma legislação federal que proibisse definitivamente atividade baleeira nos mares do Brasil.

Algumas matérias sobre a atividade baleeira veiculadas nos jornais do país na época contribuíram para a ampliação do apoio popular à causa conservacionista defendida pelos ativistas paraibanos. Os jornais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, especialmente, estiveram à frente do movimento contra a caça à baleia no país. Em âmbito regional, o movimento contra a “pesca” da baleia crescia no início dos anos de 1980, respaldado pelo trabalho de articulação, conscientização e mobilização dos ambientalistas paraibanos da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN).

As reportagens de jornais publicadas na década de 1980, selecionadas especialmente para o presente trabalho, sugerem a forma de mobilização e do apoio que parte da sociedade civil organizada prestava à APAN na luta pela proibição da atividade baleeira na

---

<sup>5</sup>Embora enquadremos a luta contra a atividade baleeira na Paraíba na “causa preservacionista”, nos discursos da época não se tem muito claro a diferença entre preservação e conservação de recursos naturais. Os membros do movimento contra a atividade baleeira em Lucena, principalmente àqueles ligados a APAN, chegam, em determinados momentos do embate, a defender em seu discurso a interdição da caça para que se possam avaliar os estoques e explorá-los de maneira “sustentável”. Havia uma preocupação com o risco de extinção da espécie minke *balaenoptera bonaerensis* caçada nos últimos anos em águas paraibanas, uma vez que se achava que se ela ocorresse realmente, comprometeria a exploração desse recurso pelas gerações futuras.

Paraíba. Em matéria publicada no dia 04 de julho de 1981 pelo Jornal O Norte<sup>6</sup>, a entidade paraibana, juntamente com membros da entidade paulista União Nacional em Defesa das Baleias (UNDB), conclama a sociedade paraibana a se fazer presente a uma *vigília ecológica* organizada no Parque Solon de Lucena, no Centro da capital paraibana, onde se exibiriam filmes e cartazes sobre o tema, profeririam palestras e distribuir-se-iam planfetos com o intuito de chamar a atenção da sociedade para a causa das baleias mortas na estação baleeira de Costinha.

O trabalho de mobilização dos membros da APAN pelo fim da atividade baleeira extrapolava os limites geográficos da Paraíba. Os textos publicados nos jornais da época indicam que, por entenderem que o objetivo maior era pela instituição de uma lei federal que protegesse os cetáceos, os ativistas da APAN também se faziam presentes em eventos acadêmicos e políticos regionais e nacionais onde passaram a reafirmar seu protesto contra o que eles consideravam “um massacre contra as baleias”. Segundo os ativistas da APAN, ao migrarem anualmente para o litoral da Paraíba para o ritual de acasalamento e procriação, as baleias eram abatidas às centenas por trabalhadores de Costinha, sob coordenação de japoneses proprietários da Companhia de Pesca Norte do Brasil.

No II Encontro Nordestino de Ecologia, realizado entre os dias 14 e 17 de janeiro de 1981, em Tamandaré – PE, um grupo de 25 pessoas entre ecologistas, professores universitários e estudantes, esteve presente ao evento e realizou atividades voltadas ao fim da atividade baleeira em águas do litoral paraibano. Entrega de folhetos explicativos e palestras foram feitas durante o evento em Pernambuco, como forma de mobilização dos participantes contra a caça à baleia na Paraíba. O jornal de João Pessoa, O Norte<sup>7</sup>, de 20 de janeiro de 1981, registrou o evento e enfatizou a participação dos ativistas da APAN ao evento e sobre a formulação de um documento de repúdio ao presidente da República da época, João Batista de Oliveira Figueiredo, pela prorrogação da atividade baleeira no litoral paraibano. Alguns representantes do movimento ambientalista paraibano, recém

---

<sup>6</sup> HOJE tem vigília contra pesca da baleia na Pb. **O Norte**. Primeiro Caderno. João Pessoa, 04 de julho de 1981, p.3.

<sup>7</sup> ECÓLOGOS firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia. **O Norte**, João Pessoa, 20 de janeiro de 1981, p.01.

organizado, estavam presentes ao evento, o que demonstra a eficiência da APAN no processo de mobilização dos seus membros pelo fim da caça à baleia.

.O jornal paraibano que fez a cobertura do evento entrevistou a professora do curso de Biologia da UFPB e membro da APAN, Paula Francinete Lins Duarte, que se fazia presente ao evento. A militante enfatizou a necessidade de suspensão urgente da atividade baleeira em razão do receio da extinção dos animais e da importância de se permitir que os mesmos pudessem se reproduzir sem serem molestados ou mortos por caçadores. Suas palavras foram publicadas pelo referido jornal. Um trecho da entrevista ajuda a entender como os ambientalistas paraibanos compreendiam a questão baleeira:

As baleias caçadas no litoral paraibano escolhem estas águas para o acasalamento; e se são capturadas nesse período, são impedidas de reproduzirem-se, ocasionando, assim, um decréscimo em número. Uma prova desta redução: a Copesbra – empresa responsável pela pesca – há dois anos que não consegue atingir a cota estipulada pela Associação Internacional da Baleia<sup>8</sup>.

O discurso da professora da UFPB e militante da APAN, que em certa medida sugere um ar de comoção, foi endossado por um dos grandes ecologistas brasileiros presente ao evento: João de Vasconcelos Sobrinho. Convidado para uma palestra no mesmo evento, o professor pernambucano ao se referir a caça à baleia falou sobre a necessidade de se estabelecer a proibição da atividade no Brasil. Vasconcelos Sobrinho abriu um espaço em sua palestra e fez o seguinte comentário sobre a morte dos cetáceos em águas do litoral paraibano, o qual foi destaque no Diário de Pernambuco do dia 15 de janeiro de 1981:

(...) nas águas quentes do Nordeste a baleia tem sua área de acasalamento. Para todas as espécies, as áreas de acasalamento são santuários de preservação, que deveriam merecer todo o amparo de homens civilizados. O Nordeste tem a responsabilidade por zelar por suas águas territoriais, como faríamos se fôssemos menos bárbaros<sup>9</sup>.

Como se pode inferir da fala do professor Vasconcelos e da própria Paula Fransinete, um dos argumentos mais fortes utilizado pelos ecologistas que lutavam contra a caça à

---

<sup>8</sup> Idem, op. cit. p.2.

<sup>9</sup> FALSOS argumentos basearam liberação da pesca da baleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de janeiro de 1981, p. 1.

baleia nas águas jurisdicionais brasileiras era o da importância e necessidade dos cetáceos poderem acasalar e se reproduzir no litoral da Paraíba, sem tornarem-se alvos de caçadores. Os depoimentos dos professores identificam-se com características do discurso ambientalista, na corrente conservacionista, que tomava corpo nos meios intelectuais brasileiros a partir de conceitos e concepções associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, em construção na segunda metade do século passado. A própria preocupação presente nos encontros mundiais sobre a preservação da vida no planeta, ocorrido a partir dos anos de 1970, corrobora a tese de que mudanças importantes em relação ao tratamento humano para com o meio ambiente se tornariam uma realidade, em fins do século XX, em praticamente todos os países do mundo.

Em dezembro de 1987, quando o Senado brasileiro aprovou o Projeto Lei do deputado Gastone Righi, o jornal pessoense *Correio da Paraíba*<sup>10</sup>, entrevistou alguns representantes de segmentos paraibanos que haviam protagonizado o debate em torno da questão baleeira no estado. Na reportagem, o jornal abriu um espaço para que Creginaldo da Silva, então presidente da APAN, ao ser indagado sobre a votação da referida lei, definisse a aprovação da mesma como “uma conquista do povo brasileiro”. Para o presidente da APAN, a proibição da caça às baleias deveria servir de exemplo para outros recursos naturais, que estavam sendo explorados “aleatoriamente, quando não se tinham dados técnicos e científicos que garantissem a sua exploração racional com vistas à preservação dos recursos naturais para gerações futuras”.

As palavras do presidente da APAN chamam atenção pela preocupação evidenciada com a exploração racional dos recursos naturais com vistas à garantia de sua continuidade também pelas gerações futuras. O discurso do *desenvolvimento sustentável*, implícito nas declarações do dirigente da APAN, se tornaria gradativamente hegemônico nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com a publicação do Relatório Brundtland, documento publicado em 1987, e com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) que passaram a assumir, sob coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), um papel de destaque na reformulação do discurso e das práticas ambientalistas em praticamente todo o mundo ocidental a partir das últimas décadas do século XX.

---

<sup>10</sup> BALEIA: Trabalhadores reagem contra a proibição. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 de dezembro de 1987, Geral, p. 07.



O Relatório Brundtland que recebeu também o nome de *Nosso Futuro Comum* reformulou o conceito de desenvolvimento, definindo-o como sendo aquele que compatibiliza crescimento econômico com respeito aos limites ecológicos. Um desenvolvimento que deveria satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. (WCED – NOSSO FUTURO COMUM, 1988, p. 46). Neste sentido, os movimentos em defesa do meio ambiente passaram a seguir essas diretrizes e discursos. E com a APAN não foi diferente: a entidade tem procurado agir ao longo de sua história no sentido de compatibilizar as ações humanas com o respeito ao meio ambiente, um dos paradigmas do modelo de desenvolvimento sustentável construído nas últimas décadas do século passado.

### **3. Considerações Finais**

Na esteira das discussões sobre movimento ambientalistas e desenvolvimento sustentável, alguns discursos proferidos pelos membros da APAN oferecem indícios de como o movimento ambientalista na Paraíba nasceu, cresce e amadureceu em torno da luta contra a atividade de exploração animal, tendo a caça à baleia no centro do conflito. Quando do surgimento da APAN, em 1978, duas grandes lutas constavam da agenda da entidade: o fim da caça à baleia em Lucena e a preservação da paisagem do Cabo Branco, em João Pessoa. Duas batalhas que se mostraram importantes em razão dos interesses sociais, econômicos e ambientais que essas questões suscitaram na época.

Nos dias de hoje, com a intensificação dos problemas socioambientais, os militantes da APAN atuam em diversas frentes na defesa do meio ambiente, do equilíbrio dos diversos ecossistemas. Atualmente, a APAN tem 144 associados, 19 colaboradores financeiros e técnicos. É uma entidade respeitada e reconhecida como uma das mais atuantes em defesa do meio ambiente na Paraíba. A entidade desenvolve trabalhos em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), empresas privadas como a Prosperarh Consultoria Em Treinamento Ltda (PROSPERARH), Escola Viva Olho do Tempo e Organizações não-governamentais, como GUAJIRU, SOS RIO CUIÁ, FILHOS DO

MANGUE, Instituto UNIGENTE, Instituto Cidades, Grupo Ambientalista da Bahia, entre outras. Tem ainda como parceiros a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, de onde recebe apoio técnico e fornecimento de mudas para ações de reflorestamento e arborização. Tem recebido patrocínio de agentes financeiros, como o Banco do Brasil, em projetos voltados à melhoria do meio ambiente.

A Associação Paraibana dos Amigos da Natureza faz parte de vários conselhos, dentre eles: COPAM, CONPEC, Conselho da Ouvidoria da Assembléia Legislativa, Conselho Gestor da APA Tambaba, Comitê da orla marítima de João Pessoa, Conselho da Coordenação Nacional da Rede de Ongs pela Mata Atlântica, Conselho Gestor do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (Bahia).

O trabalho da APAN, além de direcionamento de políticas públicas para o meio ambiente, através dos conselhos acima citados, encaminha denúncias da sociedade aos órgãos competentes para as medidas cabíveis. Atualmente acompanha na Justiça Federal o projeto da Prefeitura de João Pessoa cuja pretensão é urbanizar uma área de preservação permanente situada na praia do Bessa (Jardim Oceania), área esta que abriga uma diversidade biológica incomensurável tanto de fauna quanto de flora e, principalmente, por ser um local de desova de quatro espécies de tartarugas, dentre elas a Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), considerada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como espécie ameaçada de extinção, além de possuir uma espécie de artrópode endêmica.

Os militantes da APAN ainda acompanham o processo de degradação do rio Paraíba, no trecho que alcança o município de Itabaiana. A degradação é promovida por areeiros que de forma ilegal retiram centenas de caçambas de areia do leito do rio, contribuindo para o assoreamento e morte do mesmo. A entidade ainda acompanha, fiscaliza e denuncia instalação irregular de um aterro sanitário no município de Puxinanã, a importação de Pet coque na cidade de Cabedelo, além de várias construções que estão sendo erguidas de forma irregular na costa paraibana.

Os membros da APAN ainda participam de ações de educação ambiental e de palestras sobre gestão de recursos naturais em instituições de ensino públicas e privadas (UEPB, IFPB, UNIPBFPB, UFPB). Atualmente, mesmo sem recursos financeiros, iniciou o Projeto Castelo Verde, que tem como objetivo substituir plantas exóticas invasoras por plantas nativas da mata atlântica, no bairro Castelo Branco em João Pessoa.

Numa sociedade marcada pela predominância dos interesses econômicos, as ações e os projetos elencados acima, desenvolvidos pela Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, dão uma ideia da importância que a entidade assumiu na defesa por um meio ambiente equilibrado, onde as ações humanas possam ser mitigadas e, quando possível, compatibilizadas com os limites impostos pela natureza. A construção de sensibilidades para com os recursos naturais é um fenômeno de forja recente, de relevância no domínio de valores instituídos pelos homens, que, aos historiadores cabe explorar. As questões ambientais exercem enorme presença na atualidade e incidem diretamente no ofício realizado pelos historiadores, na medida em que eles costumam ser chamados à apreciação crítica dos problemas que envolvem as sociedades humanas no tempo.

O discurso ecológico, entretanto, é uma invenção de forma gramática neológica, legatária, mas, não redutível às suas correspondentes dos séculos anteriores ao século XX. Um novo questionamento sobre os modos de vida humana e sua reordenação, nesse início de século XXI, sugere, também, a busca de novos métodos e abordagens de investigação histórica. Vale lembrar que o estudo das questões ambientais no Brasil, em perspectiva histórica, remete ao enfrentamento de uma inquietante e recorrente indagação: Como um país abundante em recursos naturais tem seu quadro social secularmente assolado pela desigualdade social e a espoliação econômica dos mais humildes, corporificadas em extensões fome, pobreza, desemprego, violência institucionalizada, entre outras manifestações aparentemente contraditórias? Como, no Brasil, exclusão social e degradação ambiental, historicamente, se relacionaram?

#### 4. Referências Bibliográficas

BALEIA: Trabalhadores reagem contra a proibição. **Correio da Paraíba**. João Pessoa. 18 dez 1987, p 7.

BALEIA: um problema cada vez mais sério no Nordeste. **O Norte**. João Pessoa, 1981, p.02.

BRASIL. **Lei 7.643 de 18 de dezembro de 1987**. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

CAVALCANTE FILHO, Antônio e RABAY, Guilherme Campelo. **Baleias: fatos e mitos**. João Pessoa, Ideia, 2010.

COPESBRA fecha se pesca parar – Empresa espera que projeto proibindo caça à baleia não seja aprovado no Congresso, **A União**, João Pessoa, 31 de agosto de 1985, Economia, Caderno 07, p.02.

- CRIANÇAS apelam a Sarney e conseguem a lei que proíbe a matança de baleias no Brasil. **O Momento**, João Pessoa, 22 a 28 de dezembro de 1985, p. 9.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo, Atlas, 2006.
- DREW, David. **Processos interativos Homem-Meio Ambiente**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- ECÓLOGOS firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia. **O Norte**, João Pessoa, 20 de jan. 1981. p.02.
- ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1969.
- FALSOS argumentos basearam liberação da pesca da baleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de janeiro de 1981, p. 03.
- HOJE tem vigília contra pesca da baleia na Pb. **O Norte**. Primeiro Caderno. João Pessoa, 04 de julho de 1981, p.3.
- MADRUGA, A. M. **A questão da baleia: da luta ecológica à exploração humana**. In: Cadernos de Estudos Regionais. O Porto de Cabedelo e a pesca da baleia – Série Monografia 2. João Pessoa, UFPB/NDIHR-CNPQ. 1980, Ano 3, nº 3.
- TIRANDO, do mar o que falta na terra. **Correio da Paraíba**. João Pessoa. Geral. 05 ago 1980, p 11.
- TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. **O homem e a baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba**. Dissertação Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2009.
- WCED – World Commission on Environment and Development (CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.